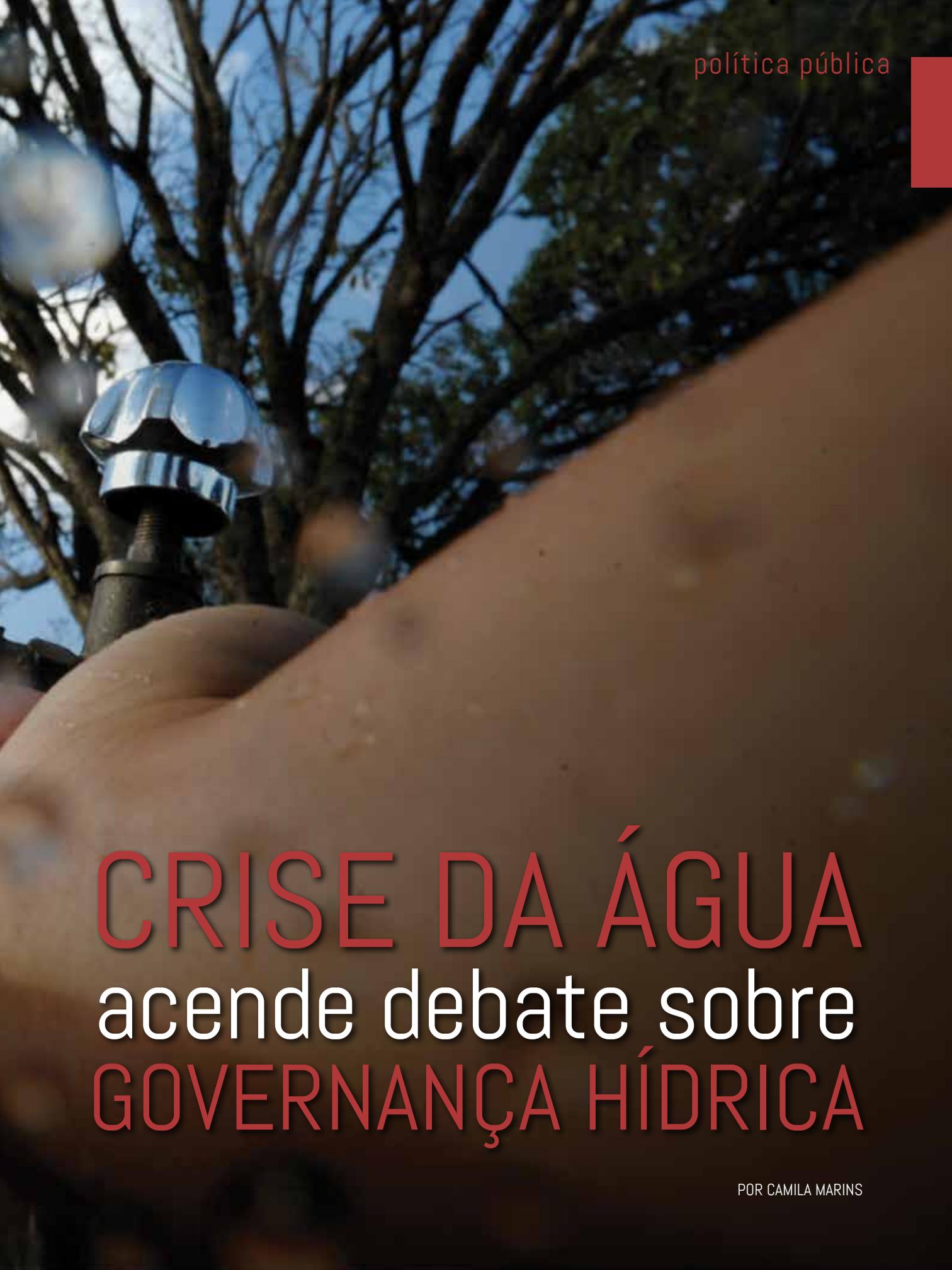




É preciso diálogo com a sociedade,  
envolver indústria, população e  
governos, no cuidado com a água



# CRISE DA ÁGUA acende debate sobre GOVERNANÇA HÍDRICA

POR CAMILA MARINS

# "O SERTÃO VAI VIRAR MAR, DÁ NO CORAÇÃO O MEDO QUE, ALGUM DIA, O MAR TAMBÉM VIRE SERTÃO"

**E**stamos em racionamento de água há três meses. A cidade está dividida em dois setores. A parte central do município está no setor dois, ficamos 12 horas com água e 36 horas sem água. A parte alta da cidade chega a ficar mais tempo sem água, incluindo os banheiros públicos da praça Barrão de Araras". Este é o relato da dona de casa Teresa Goés, moradora da cidade de Araras, interior de São Paulo. Já a situação na Baixada Fluminense, do Rio de Janeiro, mostra que este cenário não é novidade para os moradores do bairro Parque Colonial, em Belford Roxo. "Já chegamos a passar 20 dias sem água. Às vezes, o meu marido e o meu filho não dormem à noite, esperando que alguma água chegue para ligar a bomba e encher a caixa d'água", contou Maria dos Anjos, aposentada de 73 anos. Enquanto isso, a região Nordeste registrou, em 2013, sua pior seca em 50 anos. Depoimentos de diferentes regiões do país apontam que a crise hídrica não é pauta recente no Brasil. No entanto, a falta de água

por razões climáticas e a falta de gestão hídrica alertaram a sociedade recentemente.

A falta de chuvas na região Sudeste afetou, especialmente, os estados de São Paulo e do Rio de Janeiro. Tanto o Sistema Cantareira (SP) como o rio Paraíba do Sul (RJ) chegaram ao volume morto [reserva técnica]. Desde o ano passado, a cidade de São Paulo sofre com a possibilidade de escassez de água e, mesmo com esse cenário, o governador Geraldo Alckmin, por possíveis interesses da campanha eleitoral, retardou em assumir a crise e iniciar o contingenciamento. E ainda propôs, por meio de anúncio da Agência Nacional de Água (ANA), a interligação do Cantareira com o Paraíba do Sul. O governo de São Paulo sinalizou posição favorável, ao contrário do governo do Rio de Janeiro. De acordo com o presidente do Sindicato dos Engenheiros de Volta Redonda (Senge-VR), João Thomaz, no Rio de Janeiro, o rio Paraíba do Sul é a única opção. "O Plano Estadual de Recursos Hídricos

já prevê a impossibilidade de mais uma transposição. O Estado do Rio de Janeiro não pode aceitar uma segunda transposição, porque não há um projeto com contrapartidas sociais, ambientais e econômicas a curto, médio e longo prazo. Uma transposição ou interligação comprometem a soberania hídrica do Estado", afirmou João Thomaz, que é especialista em gestão ambiental e integrante da Comissão Ambiental Sul.

De acordo com o secretário estadual de meio ambiente do Governo do Rio de Janeiro, André Corrêa, o Estado sofre a mais severa estiagem dos últimos 84 anos. Em abril de 2014 foram tomadas as primeiras medidas de contingência para enfrentar a crise hídrica, resultando numa economia de 540 milhões de m<sup>3</sup>. "Com o agravamento da crise, medidas adicionais de contingência estão sendo tomadas: novas adaptações da captação da Estação de Tratamento de Água (ETA) Guandu e de vários municípios ao longo do rio Paraíba do Sul, e mudança dos pontos de captação de água dos usuários industriais na foz do rio Guandu, no Canal de São Francisco", pontuou o secretário, que afirmou que um gabinete de emergência foi criado para incentivar as quatro principais indústrias do Distrito de Santa Cruz a utilizarem água de reuso.

A respeito da transposição do rio Paraíba do Sul, o secretário esclarece que o Governo do Estado do Rio de Janeiro sempre se posicionou da

mesma forma. "A segurança hídrica dos usos atuais e futuros que dependem das águas da Bacia Paraíba do Sul, no Estado fluminense, não pode ser comprometida. E é assim que as negociações têm sido pautadas. O abastecimento humano é prioridade em todo o Estado", complementou. Dados divulgados pelo Ministério das Cidades mostram que o consumo de água das populações das maiores e mais ricas cidades do país ficou acima da média brasileira em 2013. Naquele ano, a média foi de 166,3 litros diários por pessoa, o que extrapolou de longe os 110 litros per capita por dia recomendados pela Organização das Nações Unidas (ONU), com base em padrões europeus de consumo.

### MODELO DE GESTÃO

A atual conjuntura tem apresentado uma série de dicotomias. Uma delas é o modelo de gestão das empresas, que priorizam acionistas, em vez da sociedade. As Companhias Estaduais de Saneamento começaram a ser implantadas no final da década de 60, a partir do Plano Nacional de Saneamento (Planasa), e, durante a década de 70, passaram a abranger a totalidade dos estados brasileiros e também no Distrito Federal. Segundo o engenheiro civil e presidente da Fisenge, Clovis Nascimento, mesmo com a implantação das Companhias Estaduais e um crescimento substancial nos níveis de cobertura de água e de esgoto no país, ainda há problemas estruturais de gestão a serem enfrentados. "Um grande problema das empresas estaduais de



Paulo Dimas

"No Rio de Janeiro, o rio Paraíba do Sul é a nossa única opção", diz João Thomaz, presidente do Senge-VR



Christina Bocayuva

Clovis Nascimento, presidente da Fisenge, também é integrante do Comitê Técnico de Saneamento do Conselho Nacional das Cidades

saneamento é a gestão. Lembro que tinha empresa no Nordeste que só funcionava na parte da tarde. Outra, na mesma região, teve, em um ano, três presidentes. Uma dessas empresas não existe mais. Há que se ter um choque de gestão nas empresas,

com compromisso político em favor da sociedade", ratificou.

Dessa forma, é preciso aprofundar o debate sobre a crise hídrica em outras questões, como o combate à atual concepção de água como mer-

Rio Paraíba do Sul durante a estiagem de 2014, na cidade de Barra do Pirai (RJ)

cadoria, e não como direito. “Água é vida e dever do Estado brasileiro. Hoje, 6% de 200 milhões de habitantes estão sem água potável, o que corresponde a quatro países do tamanho do Uruguai. Todos os cidadãos e as cidadãs desse país têm que ter acesso à água potável. Ainda convivemos com um número muito complicado na área de mortalidade infantil por doenças de veiculação

hídrica”, ressaltou Nascimento, lembrando que as áreas mais pobres e periféricas são as que mais sofrem com a falta de acesso à água potável e esgotamento sanitário.

#### **POSSÍVEIS SOLUÇÕES**

Desde o anúncio da crise hídrica no país, soluções são as questões mais debatidas e cobradas pela sociedade. A engenharia tem o papel fun-

damental de formular e implementar políticas públicas de reuso da água, saneamento e manejo de resíduos. Em um país praticamente desértico como Israel, por exemplo, cerca de 80% da água é reaproveitada com registro de 10% de perdas nas tubulações. Outros métodos usados pelo país são a dessalinização da água do mar e o reuso de esgoto, que tornaram o país um dos líderes mundiais de tratamento de água de esgoto com um avançado processo de dessalinização.

No Brasil, empresas como a Petrobras já fazem o reuso da água em diversas linhas de produção. “Prin-

**"O ESTADO DO RIO DE JANEIRO NÃO PODE ACEITAR UMA SEGUNDA TRANSPOSIÇÃO"**

JOÃO THOMAZ, PRESIDENTE DO SENGE-VR

principalmente no 'refino de óleo', a empresa reutiliza a água depois de ter passado por um processo de uso. A engenharia brasileira e os seus engenheiros têm capacidade de desenvolver e aplicar técnicas de reuso da água. A USP tem bons projetos, assim como outras instituições de ensino e pesquisa. Precisamos definir como prioridade e promover soluções no gerenciamento dos recursos hídricos", explicou o engenheiro Gilson Neri, diretor da Fisenge.

Já as soluções imediatas exigem um plano de emergência, segundo o coordenador da Frente Nacional de Saneamento Ambiental (FNSA), Edson Aparecido da Silva. "Em São Paulo, para a superação dessa crise é necessário que o Governo do Estado decrete imediatamente Estado de Calamidade Pública e a priorização do uso da água para consumo humano e de animais. Também defendemos a distribuição de caixas de água para todos os imóveis de população de baixa renda e também a criação de incentivos fiscais para equipamentos hidráulicos que economizam água", destacou Silva, que também integra o Coletivo de Luta pela Água recém-criado em São Paulo.

Clovis Nascimento indica a importância de um pacto entre sociedade civil, governos e setor privado. "A participação e o diálogo do conjunto da sociedade com o Estado são fundamentais para ações coletivas. Isso significa o fortalecimento dos espaços institucionais de articulação dos

## "O NORDESTE JÁ VIVE EM CRISE ENDÊMICA DE ÁGUA", GILSON NERI, DIRETOR DA FISENGE

recursos hídricos pela população", disse Clovis. Nesse sentido, Gilson Neri reafirma a importância da ocupação dos espaços de decisão coletiva. "A gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada e contar com a participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades nos Comitês de Bacias Hidrográficas. Vamos exercer esse direito", concluiu.

### **NORDESTE: A CONVIVÊNCIA COM A SECA**

Esse cenário alerta para uma questão histórica da falta de gestão hídrica no país, que existe há décadas, especialmente na região Nordeste. "A maioria dos estados dessa região vive, todos os anos, a angústia do déficit hídrico, ou seja, a demanda de água é sempre maior que aquela ofertada pelos órgãos gestores. O Nordeste já vive em crise endêmica de água", pontuou Gilson Neri, que também é integrante do Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Estado de Sergipe e Comitês de Bacias.

De acordo com o agrônomo e assessor técnico da Cáritas, Alessandro Nunes, a seca no Nordeste acontece não apenas em períodos de estiagem, como também em inverno regular. "Tivemos o primeiro registro de seca em 1583, no Nordeste. E por que não resolvemos esse problema? Identificamos questões

históricas como a falta de gestão, infraestrutura e vontade política", contextualizou Alessandro, que defende a convivência com o semiárido e o desenvolvimento de tecnologias. Isso significa, dentre outras medidas, captação e estoque de água de chuvas; práticas de conservação do solo; e descentralização do acúmulo de água. "Mesmo com adversidades, as famílias têm conseguido produzir para garantir a segurança alimentar de seus lares e até vender em feiras agroecológicas locais. A convivência com o semiárido influencia a permanência das famílias no campo e promove uma agricultura menos agressiva", observou Alessandro.

O diretor da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase), Evanildo Barbosa, destaca que enquanto São Paulo e Rio de Janeiro estão sofrendo hoje com a falta d'água, a cidade do Recife está há quase três décadas convivendo com a intermitência. "Este fato faz com que a capital pernambucana, por exemplo, seja uma grande produtora de poços artificiais de coleta e abastecimento água, em grande parte para substituir nos edifícios privados os serviços públicos de água e esgoto. Além disso, caixas-d'água se amontoam entre telhados e lajes nas áreas de morros, revelando que, para ter acesso,

# "NÃO DÁ PARA ADMITIR QUE ÁGUA SEJA OBJETO DE ESPECULAÇÃO DO MERCADO",

CLOVIS NASCIMENTO, PRESIDENTE DA FISENGE

a população tem que vigiar para es- tocar água", analisou.

### IMPACTOS NA AGRICULTURA

A ONU aponta que cerca de 70% de toda a água disponível no mundo – que já não é muita – é utilizada para irrigação. No Sul do país, em Santa Catarina, por exemplo, a estrutura de produção agrícola é baseada na agricultura familiar, pequenas propriedades com uso de tecnologia, em que a irrigação não tem esse volume de participação no consumo da água. "Precisamos investir mais e apoiar a agricultura familiar, para que possamos ampliar sistemas de irrigação eficientes para garantir sua produção em anos de seca. Portanto, não temos uma crise hídrica na agricultura, mas sim problemas com estiagens, já que a maioria dos agricultores ainda não utiliza sistema de irrigação", explicou o engenheiro agrônomo e diretor de comunicação do Sindicato dos Engenheiros Agrônomos de Santa Catarina (Seagro-SC), Jorge Dotti Cesa.

Uma questão importante colocada por Dotti é a construção da visão de que o meio rural e a agricultura são os responsáveis por todos os problemas ambientais. "A atual crise de água e energia no Brasil é de responsabilidade dos governantes e

da concentração urbana. Em outros estados, grandes áreas agrícolas de latifúndio podem estar causando problemas com o excessivo uso de água, mas não a agricultura familiar", detalhou.

### SANEAMENTO E UNIVERSALIZAÇÃO

O Brasil passou muitos anos sem ter um arcabouço legal que pudesse dar um norte e definir as macrodiretrizes para o saneamento brasileiro. A partir de 2007, com a promulgação da Lei 11.445, que foi resultado de uma luta intensa do setor de saneamento, iniciou-se um trabalho de formulação do Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab), sancionado pela presidenta Dilma. Este dispositivo estabelece prazos para que estados e municípios apresentem o seu plano municipal e estadual de saneamento, bem como a ampliação de investimentos públicos no setor. De acordo com o Plansab, o Brasil precisaria atingir a universalização em 20 anos.

O país possui cerca de 27 empresas estaduais de saneamento e cerca de 1.500 empresas municipais públicas que prestam um serviço de qualidade, e algumas empresas privadas. Recentemente, alguns governos, como o Rio de Janeiro, anunciaram a possi-

bilidade de Parcerias Público-Privadas (PPPs) para o setor do saneamento. "Só se pode chegar a universalizar se o Estado não abrir mão da condução dessa política de prestação dos serviços e, principalmente, da disposição de fazer justiça por meio das políticas públicas. O problema é que temos sinais de que há uma incompatibilidade entre universalização pretendida por um viés público de prestação de serviços e outro viés, aquele ancorado no mercado", alertou Evanildo Barbosa, da Fase.

Clovis Nascimento elucidou que as PPPs são privatizações travestidas em parcerias. "Estas parcerias têm retornado à agenda com um vigor muito grande e não podemos permitir que o saneamento brasileiro seja privatizado, como objeto de lucro. A água está diretamente ligada à vida dos seres humanos, que necessita, para sua existência, da energia retirada do alimento, do oxigênio que nós respiramos e da água. Se faltar um dos três o ser humano morre. Então, não dá para admitir que a água seja objeto de mercado", afirmou.

A letra da música "Sobradinho" ilustra bem todo esse processo: "O homem chega, já desfaz a natureza. Tira gente, põe represa, diz que tudo vai mudar. O São Francisco lá pra cima da Bahia diz que dia menos dia vai subir bem devagar. E passo a passo vai cumprindo a profecia do beato que dizia que o Sertão ia alagar. O sertão vai virar mar, dá no coração o medo que, algum dia, o mar também vire sertão".



## "A ENGENHARIA PODE CONTRIBUIR PARA QUE AS POLÍTICAS PÚBLICAS SEJAM INCORPORADAS NA ROTINA DAS CIDADES",

PAULO FERREIRA, SECRETÁRIO NACIONAL DE SANEAMENTO/MINISTÉRIO DAS CIDADES

POR CAMILA MARINS

No final de janeiro, a Secretaria Nacional de Saneamento ganhou novo titular, o engenheiro Paulo Ferreira. Doutor em Engenharia Hidráulica pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, o secretário trabalhou em diversas áreas relacionadas ao saneamento ambiental. Durante 30 anos, ocupou os cargos de superintendente, coordenador de projetos e engenheiro de planejamento e controle da Sabesp (Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo). Além disso, foi conselheiro de alguns órgãos, entre eles o Crea-SP (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) e o Instituto de Engenharia de São Paulo. O secretário participou de alguns projetos, entre eles o Alto Tietê e o Projeto Tietê, que envolvem tratamento de água e esgoto. Nessa entrevista à Fisenge, Paulo Ferreira fala sobre os principais desafios à frente

da pasta, dentre eles o enfrentamento da crise hídrica e a universalização do saneamento.

**Numa crise hídrica, como vemos na região Sudeste, que soluções podem ser tomadas em curto, médio e longo prazo? Que apoio o governo federal pode oferecer?**

Entende-se que a questão hídrica, no que se refere ao abastecimento público de água para consumo humano, requer duas abordagens. A primeira é na esfera da gestão de recursos hídricos, a qual envolve os problemas de escassez hídrica observados em algumas regiões do país, relacionados com o baixo índice de oferta hídrica, como por exemplo, a região do semiárido brasileiro, ou de locais de grande concentração populacional e intensas atividades econômicas,

como ocorre em outras regiões do País, como em São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Neste caso, a responsabilidade pela mediação de conflitos de uso da água e de adoção de medidas para racionalizar o seu uso, ou ainda de conservação da água, estão a cargo do Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos (SNGRH), que se iniciou, no Brasil, no formato atual, com a implantação da Lei nº 9.433/97. Portanto, os órgãos gestores de recursos, a exemplo da Agência Nacional de Águas, dos Comitês de Bacias Hidrográficas, e órgãos estaduais congêneres, são os que dispõem de estudos, mapeamentos e recomendações relativos à oferta hídrica nos diversos pontos do território nacional.

A segunda abordagem, a qual é específica do setor de saneamen-

**RANKING DE CONSUMO**

Cada habitante do Estado do Rio gastou, em 2013, 253,1 litros de água por dia, ante uma média de 188 litros diários em SP

MÉDIA DOS ÚLTIMOS 3 ANOS (LITROS POR HABITANTE/DIA)

MÉDIA EM 2013 (LITROS POR HABITANTE/DIA)



to, é relativa à implantação e operação dos sistemas de produção e distribuição de água das cidades brasileiras. Quanto a este aspecto, o Ministério tem apoiado Estados e Municípios, viabilizando recursos consideráveis para a implantação de grandes obras, em especial nas regiões metropolitanas, algumas já devidamente concluídas e outras em andamento. São obras que estão permitindo ampliar a oferta do abastecimento para uso humano, eliminando, em alguns casos, processos recorrentes de intermitência no abastecimento.

**E quais seriam os debates importantes?**

A crise hídrica coloca novamente no foco da discussão os reservatórios de armazenamento de água. Notadamente, observa-se que a situação atual do Brasil, caso não ocorram as chuvas históricas esperadas, levará à necessidade de novos investimentos em obras de infraestrutura para o aumento das capacidades de reservação ou mesmo a busca por novos mananciais mais distantes dos centros de consumo. Essa questão provoca polêmicas por ter, dentre outros, impactos ambientais. Em decorrência da priorização do abastecimento humano, é preciso que tal discussão seja mais objetiva. Também como consequência há a necessidade de conscientização da população para o uso racional da água, incentivando a população a reduzir seu consumo, não utilizar água potável para fins menos nobres como lavar carros e calçadas etc.

### **Você é engenheiro. Qual a importância da engenharia na formulação de políticas públicas?**

Sendo a arte de criar soluções para os problemas humanos e para construir a qualidade de vida, as habilidades e os conhecimentos desenvolvidos pela engenharia são muito úteis na formulação e implementação das políticas públicas, notadamente na área de saneamento, que está partindo para uma fase de busca por inovações e uso de tecnologias cada vez mais apropriadas aos diversos ambientes urbanos. A criatividade e a objetividade da engenharia podem contribuir bastante para que as políticas públicas sejam incorporadas na rotina das cidades. Todos dizem também que os engenheiros são bons administradores. Neste sentido, a boa gestão dos recursos técnicos e financeiros também leva à maximização dos resultados de tais políticas. Deve-se, ainda, destacar a atuação dos profissionais de engenharia na área de saneamento, o que ganhou força com a criação das carreiras de Especialista e de Analista de Infraestrutura e a contratação de pessoal por decorrência do aumento de volume das obras com o PAC.

### **Qual a importância dos instrumentos de controle social e participação popular, como os Conselhos?**

O controle social realizado por órgãos colegiados é um instrumento indispensável para garantir a participação dos diversos setores da sociedade nas discussões e decisões relevantes para a população, bem

## **“A CRIATIVIDADE E A OBJETIVIDADE DA ENGENHARIA PODEM CONTRIBUIR BASTANTE PARA QUE AS POLÍTICAS PÚBLICAS SEJAM INCORPORADAS NA ROTINA DAS CIDADES.”**

como para garantir a transparência das ações conduzidas pela administração pública. Cito como exemplo o caso do Governo Federal, com a criação do Conselho das Cidades (ConCidades), no ano de 2004, que representou a materialização de um importante instrumento de gestão democrática. O ConCidades viabiliza o debate em torno da política urbana de forma continuada, respeitando a autonomia e as especificidades dos segmentos que o compõem, tais como: setor produtivo; organizações sociais; ONG's; entidades profissionais, acadêmicas e de pesquisa; entidades sindicais; e órgãos governamentais. A origem plural desses órgãos e entidades, e sua tradição de atuação diante da temática de desenvolvimento urbano, possibilita aos segmentos uma atuação caracterizada pela articulação e negociação política, ação propositiva e qualidade técnica nos debates, possibilitando, dentre outras coisas, a construção de políticas públicas que favoreçam o acesso a todos os cidadãos, tendo sempre como referência as deliberações advindas das Conferências Nacionais das Cidades.

**A meta estabelecida pelo Governo Federal, através do Plano**

**Nacional de Saneamento Básico (PLANSAB), é a de que, dentro de duas décadas, o Brasil alcance a universalização dos serviços de coleta e tratamento de esgoto e abastecimento de água. Que políticas serão envidadas de modo a cumprir a meta do Plansab?**

O Ministério das Cidades trabalha rumo à universalização do abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, gestão de resíduos sólidos urbanos, além do adequado manejo de águas pluviais urbanas, com o consequente controle de enchentes, valorizando pilares essenciais como eficiência, eficácia e efetividade da gestão; planejamento; regulação e fiscalização; e participação e controle social. O saneamento básico é uma área que ainda tem grandes desafios a vencer, mas nos últimos anos tem recebido uma grande priorização por parte do Governo Federal, especialmente a partir da destinação de recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que equacionou o principal gargalo do setor, que era a falta de investimentos.

**De que forma é possível ter resultados efetivos no saneamento?**

## “O ACESSO AO SANEAMENTO BÁSICO PODE RESULTAR EM IMPACTOS DIRETOS NA MELHORARIA DO RENDIMENTO ESCOLAR, ASSIM COMO MINIMIZAR A DEMANDA POR ATENDIMENTO NO SISTEMA DE SAÚDE.”

A Política de Saneamento, como qualquer outra, para ter resultados efetivos depende, especialmente, de recursos e da continuidade desses investimentos. O Governo Federal tem conseguido, nos últimos anos, aumentar consideravelmente os investimentos em saneamento e há a consciência da importância da manutenção destes investimentos para que as metas previstas sejam alcançadas. Assim, a principal razão da existência do Plansab foi identificar as carências e fazer uma estimativa dos recursos necessários para atender aos patamares de cobertura de saneamento que o Brasil precisa, e seguir em busca da universalização. A continuidade do que vem sendo feito certamente levará ao atendimento das metas previstas no Plansab. Dentro dessa linha, será dedicado um empenho especial no sentido de aprimorar o que se fizer necessário. As ações e o volume de investimentos são expressivos e permitem projetar uma evolução adequada, na medida em que muitos obstáculos inerentes a empreendimentos de grande porte, como os de saneamento, vão sendo gradativamente superados.

**Qual é o panorama do saneamento nacional hoje? De que forma é possível fazer com que saneamento e água potável cheguem aos bolsões mais pobres e periféricos?**

O saneamento evoluiu muito, mas ainda há muito o quê fazer e a prioridade do Ministério das Cidades é atender exatamente essas áreas mais frágeis, como os bolsões mais pobres e periféricos dos grandes centros. Quanto mais crescem os índices de cobertura, mais difícil vai ficando para aumentá-los. Por exemplo, elevar a cobertura de abastecimento de água em certas capitais de 70% para 90% é mais fácil do que sair dos 90% para 100% de acesso. Isso porque as áreas não atendidas, de forma geral, são aquelas de mais difícil acesso, ou de assentamentos precários, ou áreas densamente povoadas.

**É possível atingir a universalização?**

Existem ainda muitos desafios para universalizar o saneamento básico no país, e o Governo Federal tem atuado fortemente no sentido de colaborar com os demais entes fe-

derados no enfrentamento deste desafio. Para isso, o Governo Federal, dentro de seus programas de investimentos, tem o saneamento básico como uma de suas prioridades, e disponibiliza recursos significativos para apoiar os governos estaduais, municipais, e prestadores de serviços de saneamento, na execução de importantes obras, estudos, projetos, e ainda na elaboração de planos municipais de saneamento. Em especial, visando à evolução dos serviços prestados, o Governo Federal concluiu o planejamento nacional de longo prazo para o setor, de forma amplamente participativa, tendo sido aprovado o Plansab com propostas de diretrizes, estratégias, metas e programas de investimento para o país. Foi identificado o déficit do setor para os quatro componentes do saneamento básico (abastecimento de água, esgotamento sanitário, resíduos e drenagem). O atendimento adequado a estes componentes é um dos fatores que podem contribuir para a melhoria dos indicadores sociais e de saúde da população brasileira e, consequentemente, para a superação dos desafios sociais de melhorar a distribuição de renda e o acesso a outros serviços públicos, como saúde e educação. Cabe enfatizar que o acesso ao saneamento básico pode resultar em impactos diretos na melhoria do rendimento escolar, assim como minimizar a demanda por atendimento no sistema de saúde. Vencer tais desafios envolve o esforço conjunto dos governos federal, estaduais e municipais.